



CLIPPING



02 e 03 de
Outubro
2021

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

RD REPÓRTER
DIÁRIO

LINHA DIRETA

AOAB-PA solicitou o retorno das atividades 100% presenciais no TRT8, TJ-PA e Justiça Federal, mantendo todos os protocolos de segurança. A justificativa são os desdobramentos ocasionados à advocacia por conta da pandemia.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER

70

Proteção às mulheres

O Tribunal de Justiça do Pará capacitou os membros das comissões de prevenção e enfrentamento dos assédios moral e sexual.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Comissão irá apurar ato de promotora

Marcela Melo Castelo Branco responde a um PAD no CNMP por questionar a prefeitura de Igarapé-Açu sobre o uso da figura de um punho cerrado que ilustrava material de divulgação de um evento do Dia Internacional da Mulher

NO CNMP

Luiz Flávio

Em portaria publicada no último dia 28, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) instituiu Comissão Processante para realização de diligências, oitiva de testemunhas, coleta de documentos e interrogatório da promotora de justiça paraense Marcela Christine Ferreira de Melo Castelo Branco, que responde a um processo administrativo disciplinar (PAD) instaurado pelo CNMP em 25 de maio passado para apurar ato de infração disciplinar.

Marcela será julgada por questionar a prefeitura de Igarapé-Açu sobre o uso da figura de um punho cerrado que ilustrava material de divulgação de um evento alusivo ao Dia Internacional da Mulher promovido pelo município. O procedimento foi instaurado a partir do julgamento da reclamação disciplinar instaurada pela Corregedoria Nacional do Ministério Público com base na representação do conselheiro Sebastião Vieira Caixeta.

Também foi incluída na reclamação disciplinar a representação formulada pela Clínica de Atenção à Violência da Universidade Federal do Pará (UFPA), pelo Grupo de Mulheres Brasileiras, pela Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, pelo Coletivo Advogadas do Brasil e pela Sociedade Paraense de Direitos Humanos. De acordo com a denún-

cia, no dia 2 de março deste ano, Marcela Melo instaurou inquérito civil para apurar supostas irregularidades praticadas pelo município de Igarapé-Açu, decorrentes da realização de evento comemorativo ao Dia Internacional da Mulher, ocorrido em 8 de março, dando prazo de 48 horas para a Secretaria Municipal de Ação Social explicar o uso de uma arte utilizada para promover o evento.

Conforme a portaria do inquérito civil instaurado pela promotora, a suposta irregularidade seria a utilização, no material de divulgação do evento, da figura de um punho cerrado que estaria vinculado, no entender de Marcela, a "ideologias marxistas, comunistas e a diversos movimentos sociais" o que, segundo ela, contraria os princípios constitucionais da impessoalidade, da igualdade e da moralidade administrativa.

Na imagem há uma mão com o punho erguido – símbolo de resistência – rodeado por flores vermelhas e amarelas e uma fita branca com as frases "8 de março" e "Dia Internacional da Mulher". Também há o desenho de quatro mulheres com tonalidades de pele diferentes.

A portaria do CNMP afirma ainda que, em tese, Marcela Melo cometeu "infração disciplinar por violação aos deveres legais de manter ilibada conduta pública e particular", de zelar pelo prestígio da Justiça, por suas prerrogativas e pela dignidade de suas funções, de desempenhar,



Comissão Processante vai realizar diligências, oitiva, coleta de documentos e interrogatório de Marcela Christine. FOTO: DIVULGAÇÃO

com zelo, presteza e probidade as suas funções institucionais, além de observar outras regras de ética profissional fixadas em Lei ou recomendadas por ato normativo do Ministério Público. Caso seja condenada, a sanção prevista é a advertência.

CORREGEDORIA

O corregedor nacional do Ministério Público, Rinaldo Reis, afirmou que a promotora de Igarapé-Açu "instrumentalizou sua atuação funcional, motivando-a por fundamentos ideológicos e desviando-se do atendimento do interesse público, ao ter atribuído indevidamente o emprego do símbolo do pu-

no cerrado a ideais 'de esquerda', 'marxistas' e 'comunistas'".

Reis prosseguiu afirmando que Marcela Melo ignorou que o sinal é "ampla e universalmente reverenciado também como expressão de apoio, solidariedade e luta contra a violência, opressão e desigualdade, em especial por movimentos de combate ao racismo e à desigualdade de gênero, sobretudo considerando-se que o evento a que o símbolo fazia alusão era justamente comemorativo ao Dia Internacional da Mulher".

O corregedor considerou que a conduta da promotora revelou, ainda,

"discriminação ideológica inconcebível e destoante do que se espera de um representante do Ministério Público, fato que compromete a imagem de toda a instituição, que deve velar pelo pluralismo partidário e pelo imparcial ambiente de livre convivência de ideias, culturas, valores e correntes de pensamento".

Destacou ainda que, da mesma forma, ao afirmar, em ofícios requisitórios, "que o símbolo em questão se referia a movimentos sociais diversos (negros, feministas, etc.) e ativistas e que sua utilização, na campanha de homenagem ao Dia Internaci-

PROMOTORA

● Em nota que divulgou para justificar sua atitude, a promotora afirmou "que o exercício da atribuição ministerial não é agrado a grupos ou parcelas da sociedade" e que o papel do Ministério Público é de "defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, garantindo os direitos da Sociedade, como um todo".

A promotora afirmou ainda em sua defesa que questionou a vinculação de símbolos e slogans relacionados a partidos, movimentos e ideologias à propaganda institucional da prefeitura de Igarapé-Açu que apenas cumpriu "preceitos constitucionais, sem intenção de ofender quem quer que fosse". O prefeito Normando Riachão (PSDB), de Igarapé-Açu, preferiu não comentar o caso na ocasião.

onal da Mulher, violaria os princípios constitucionais da impessoalidade e da moralidade administrativa, a promotora de Justiça, "em evidente inversão de valores, desestimulou a realização de evento de promoção aos direitos de grupo da sociedade que ela mesma, como representante ministerial, deveria tutelar".

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

JUSTIÇA EM FATOS
LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

www.facebook.com/luiz.f.costa.37

lfmcosta@gmail.com

III COLÉGIO DE PRESIDENTES DA JOVEM ADVOCACIA PARAENSE

A Comissão da Jovem Advocacia Paraense da OAB-PA realizou no último dia 21/09 o III Colégio de Presidentes da Jovem Advocacia Paraense. Em debate, temas importantes para as jovens advogadas e advogados que atuam em Belém e no interior do Pará, bem como as principais demandas da classe. Diversos presidentes de comissões temáticas e subseções de todas as regiões do estado estiveram presentes no plenário Aldebarão Klautau, sede da Ordem.



MARNEIDE MERABET COMEMORA 70 ANOS DO MARIDO PAULO MERABET

A desembargadora Marnede Merabet, comemorou aniversário de 70 anos, domingo, no sábado dia 5. A data será marcada por uma mesa em homenagem na Basílica Santuário rumjantar em família. Na foto: casal, que completou 44 anos de casamento.



José Maués assume assessoria jurídica de incorporadora

de incorporadora

O advogado José Maria Maués, especialista em Direito Imobiliário, assumiu a assessoria jurídica da incorporadora Salt Group Solutions, que lançará em Salinas, um dos polos turísticos mais importantes do Estado, seu primeiro empreendimento com 75 unidades de apartamentos. O projeto é assinado pelo arquiteto Paulo Heidmann, da I-Projetos, um das mais conceituadas do ramo, com sede em São Paulo. O escritório irá administrar todos os contratos firmados pela incorporadora.

"Vamos pensar fora da Caixa" debate rumos da Caixa de Assistência

O Movimento "Advocacia em Causa Própria" realizou na última quinta-feira o evento "Vamos pensar fora da Caixa". Foi um momento de reflexão da classe acerca da utilidade e orientação acerca da destinação da Caixa de Assistência dos Advogados da OAB-PA. O encontro contou com a presença de 200 convidados, além dos pré-candidatos à gestão: Daniel Cruz (presidente), Luciano Fares (vice-presidente), Evandro Costa (Secretário Geral) e Abel Trindade (Secretário Adjunto).



Roda de Conversa com advogadas debate gestão inclusiva



Do advogadas Sálvia Barreto e Brenda Araújo receberam um grupo de advogadas para dialogar sobre as dificuldades enfrentadas por elas no dia a dia da advocacia. Na pauta, o fato de que a primeira eleição da OAB terá a primeira a exigir a exigência de paridade de cargos para as advogadas. Sálvia e Brenda, pré-candidatas à presidência e vice-presidência da Ordem, têm destacado em suas falas a importância de uma gestão inclusiva e que efetivamente execute ações que valorizem as advogadas.

VERBIS

Sindicatos dos servidores e dos oficiais de justiça do TPA, podem fomentar uma paralisação nos próximos dias. O motivo é a falta de abertura para negociação no que se refere à reposição da inflação dos últimos anos.

Segundo o diretor de uma das entidades, o tribunal vem protelando a discussão para o reajuste, direito constitucional dos servidores. "Outros estados já estão negociando o reajuste e o fechamento do TPA ainda não

Luiz Sombra: Breves Reflexões sobre a LGPD". A apresentação virtual ocorreu no Encontro Nacional de Coordenadores e Divisores dos Tribunais de Contas do Brasil (ENCO 2021), encerrada na última quarta-feira.

Encerrada no último dia 24/09, a Semana Nacional da Condição e Execução Trabalhista apresentou um saldo positivo. De acordo com o setor de estatísticas da Coordenadoria de Gestão Estratégico do TRT6,

fez", explicou o diretor de um dos sindicatos mais influentes do Estado.

O Valente & Borges Advogados Consultores e Camilla Advogados firmam parceria técnica para ampliar o alcance das suas bancas na promoção do compliance tributário no Pará e no Amazonas.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) foi tema da palestra do desembargador Milton Nóbis, como tema "Entre

foram realizadas 1.096 audiências, com 286 acordos homologados, resultando em mais de R\$ 13 milhões mobilizados pela Justiça do Trabalho no Pará e Amapá.

Encerrou esta semana o módulo inicial da primeira turma da Escola de Formação Política do TRE do Pará. Organizado pela Escola Judiciária Eleitoral, a iniciativa capacita e desenvolve competências interpessoais. O objetivo é ampliar a participação na sociedade e fortalecer a democracia.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

NOVOS MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO CASO DAS LOTÉRICAS FAKES

A Polícia Civil cumpriu ordens judiciais no Pará e no Ceará contra integrantes da associação criminosa que fez vítimas de golpes na Região Metropolitana de Belém. Um total de 11 envolvidos já foram capturados

CRIME ORGANIZADO

A Polícia Civil do Pará, com apoio da Polícia Civil do Ceará, cumpriu na manhã da última sexta-feira (1º), na cidade de Beberibe, no Ceará, mandados de prisão contra dois homens acusados de serem integrantes da associação criminosa que montou falsas casas lotéricas nos municípios de Belém e Ananindeua, no Pará. Um total de 11 integrantes já foram capturados em mais uma ação da PC-PA com apoio da PC-CE. Os homens já se encontravam presos e recolhidos em presídios cearense, em decorrência de prisão em flagrante que ocorreu no dia 11 de setembro, diante da terceira fase da Operação Foco.

Nesta fase 4 da "Operação Foco", a PC-PA e a PC-CE realizaram busca e apreensão em um escritório advocatício e também em residências. A PC-PA já contabiliza dez mandados de buscas e apreensões cumpridos. Nas operações anteriores, a PC-PA já havia apreendido equipamentos eletrônicos e de som, computadores, máquinas de impressão e máquinas para a produção de cartões. Parte dos aparelhos pertencem às vítimas que trabalhavam, sem saber, para o grupo nas agentes montadas de forma ilegal no Pará.



A Operação Foco entra na quarta fase, após ter sido deflagrada no dia 2 de setembro em Fortaleza, Horizonte e Beberibe, no Ceará. FOTO: DIVISÃO

Segundo o delegado Fernando Marcolino, titular da Deof, foram coletados depoimentos de testemunhas e vítimas, que procuraram a Polícia Civil para denunciar o fato. "Diante das investigações, conseguimos identificar, inicialmente, oito pessoas, que são apontadas como autoras do golpe, e depois o restante. Os dois homens que foram presos hoje são lideranças, sendo já haviam praticado ato semelhante em outras cidades dos estados da Paraíba, Pernambuco e Ceará. Só no Pará o prejuízo chega a R\$ 500 mil", afirmou o delegado.

OPERAÇÃO FOCO

A "Operação Foco", que investiga a fraude, foi deflagrada no dia 2 de setembro, nas cidades de Fortaleza, Horizonte e Beberibe, no estado do Ceará. Nesta data cinco pessoas foram presas pelos crimes de dano qualificado, apropriação indébita, estelionato, fraude no comércio, associação criminosa, falsidade ideológica e uso de documento falso.

A ação foi coordenada pela Delegacia de Estelionato e Outras Fraudes (Deof), que é ligada à Divisão de Investigações e Operações Especiais (Dioe), e

teve apoio da Polícia Civil do Estado do Ceará. Um total de 40 policiais civis participaram do cumprimento dos mandados de prisão, busca e apreensão.

As investigações começaram após a Polícia Civil identificar que dois espaços comerciais foram abertos de forma irregular, nos municípios de Belém e Ananindeua. Os locais, que se assemelhavam a casas lotéricas, recebiam pagamento de boletos, mas os valores não eram compensados nos destinatários. Os espaços onde os golpes eram aplicados fecharam poucos dias após o início

do funcionamento. Cerca de cinco pessoas foram vítimas da associação criminosa. O delegado-geral da Polícia Civil, delegado Walter Resende, determinou a celeridade nas investigações: "A Polícia Civil do Pará não mede esforços para fazer justiça, trazendo a garantia dos direitos da população, em mais uma ação com resposta rápida da instituição à sociedade", enfatizou Resende.

As investigações continuam para saber o destino dos valores e a real finalidade. Os presos serão trazidos para o Pará, onde ficarão à disposição da Justiça.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

POLÍCIA

Polícia Civil cumpre mandados por estupro e roubo em Medicilândia

01 OUT 2021 - 09:41 | ATUALIZADO 01 OUT 2021 - 12:42



A Polícia Civil do município de Medicilândia, sudoeste do Pará, realizou a operação “Elíseos” para cumprir quatro mandados de prisão temporária pelos crimes de estupro de vulnerável e roubo majorado.

Quatro pessoas foram presas: Cicero Santos Filho, conhecido como “Neném”, investigado por roubo majorado; Décio Coimbra de Lima, investigado por tentativa de estupro de vulnerável; Douglas Aleriano Vidal, investigado por roubo majorado, e Edilson dos Santos Costas, vulgo “Nego Bila”, investigado por estupro de vulnerável.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Segundo a Polícia, o objetivo da operação é punir crime contra a dignidade sexual e além dos crimes patrimoniais no município. Os presos foram encaminhados para a delegacia da Polícia Civil de Medicilândia.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br